

Concluída a votação do novo Código de Processo Civil 8



Após a análise de 16 destaques ao texto-base, que já havia sido aprovado, senadores se reuniram em torno da Mesa com magistrados que ajudaram a elaborar o projeto, enviado à sanção

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XX — Nº 4.228 — Brasília, quinta-feira, 18 de dezembro de 2014



Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 vai a sanção presidencial

Projeto fixa metas e prioridades para o governo. A proposta do Orçamento do ano que vem ainda está em análise e pode ser votada durante o recesso, diz relator

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem foi aprovada ontem pelo Congresso na forma de um substitutivo de Vital do Rêgo ao projeto do Executivo. A proposta inclui nova meta fiscal para o governo em 2015 e também o orçamento impositivo. Com a mudança, emendas individuais de senadores e deputados

poderão ter execução obrigatória no próximo ano. A LDO fixa as diretrizes para a Lei Orçamentária Anual, ainda em análise. Relator do Orçamento de 2015, Romero Jucá disse não descartar a autoconvocação do Congresso para votar o texto ainda neste ano. Também foram aprovados ontem 14 projetos de créditos adicionais. 3



Congresso reunido para votação da LDO: agora parlamentares devem entrar em acordo para votar Orçamento de 2015

Senado aprova projeto sobre feminicídio



O assassinato de mulher por razões de gênero deve ser incluído no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio. A proposta é da CPI mista que investigou violência contra mulheres, encerrada em 2013. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados. 7

Senadoras comemoram votação do projeto, que acompanha recomendação das Nações Unidas

Estatuto da Metrôpole passa no Plenário e será enviado à Presidência 11

Relatório final da CPI Mista da Petrobras vai a voto hoje

Tentativa de votação do relatório da comissão e do elaborado pela oposição será feita hoje, às 10h. On-

tem, falta de acordo suspendeu reunião. Relator, Marco Maia mudou texto para incluir indiciamentos. 12



Relatório de Marco Maia (D, ao lado de Gim) aponta superfaturamento

Autoridades federais terão remuneração reajustada 11

Texto prevê benefício especial a servidor com deficiência 7

Exploração de mineral estratégico pode ter incentivo 6



Presidente do Senado mostra no Plenário livro com as principais ações adotadas pela Mesa nos últimos dois anos

Renan lança livro sobre gestão e destaca economia

Publicação detalha medidas adotadas pela Mesa em 2013 e 2014 com o objetivo de reduzir gastos e elevar a transparência do Senado. Obra também narra bastidores do Congresso Nacional no período

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, lançou ontem o livro *Contas Abertas: relatório da gestão do presidente Renan Calheiros — Senado Federal 2013-2014*. O enfoque da obra, segundo ele, é mostrar o trabalho da atual Mesa para melhorar a qualidade do gasto público sem prejuízo à produção e à fiscalização legislativa.

— Nos últimos dois anos, o Senado passou por transformações administrativas, regimentais, legislativas e culturais. Conseguimos atingir uma economia de R\$ 530 milhões sem comprometer o funcionamento — disse.

Ganhou destaque no balanço do biênio o atendimento das demandas encaminhadas pelos cidadãos. Segundo Renan, todas as informações do Senado estão disponíveis a todos os brasileiros. O senador

destacou também que milhares de projetos de lei foram aprovados no biênio, incluindo a modernização dos códigos brasileiros, “muitos superados pelo tempo”.

Ele garantiu que o livro não é um relatório burocrático das atividades da Presidência e se propõe a ser um registro histórico de grande importância.

Cumprimentos

As medidas adotadas nos últimos dois anos receberam elogios em Plenário.

Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente da Casa, falou sobre sua satisfação em ter contribuído para os resultados reunidos no livro. Para ele, a publicação deve ser enviada como exemplo de prestação de contas a todos os prefeitos, governadores, vereadores e deputados estaduais.

José Sarney (PMDB-AP) parabenizou Renan por inovar e substituir “aqueles relatórios de mil páginas” por um livro “com uma linguagem enxuta, moderna, compreensível”.

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a gestão de Renan tomou providências em relação à imagem do Senado que se mostraram positivas.

Eduardo Amorim (PSC-SE) também elogiou o trabalho apresentado, que dá “mais transparência à coisa pública”.

Para Delcídio do Amaral (PT-MS), o relatório apresenta, “não só as principais matérias que tramitaram nesses dois anos, como também as medidas tomadas por toda a Mesa”.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) congratulou-se com Renan pelo livro, uma “prestação de contas do Senado, mostrando a transparência dessa gestão”.

Governo estadual levará Paraná à recessão, diz Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou o pacote de ajuste fiscal e aumento de impostos proposto para 2015 pelo governador reeleito do Paraná, Beto Richa (PSDB). Ela pediu ao governo estadual que explique por que vai aumentar em 50% o ICMS e em 40% o IPVA.

— Vai colocar o estado numa recessão. Aumentar imposto retira dinheiro da economia, prejudica os pequenos e médios empresários, prejudica a indústria e gera desemprego.

A senadora disse que, nos últimos quatro anos, o Paraná aumentou a receita em 56%, bem acima da inflação, mas gastou em excesso com a folha de pessoal e não investiu em obras relevantes. A folha de servidores comissionados teria crescido 452%, afirmou, criticando também os gastos do governo com publicidade.

Ana Amélia: Levy acerta ao prometer transparência

Ana Amélia (PP-RS) disse que ficou bem impressionada com a reunião de anteontem entre senadores

e o próximo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e com o compromisso dele de dar transparência aos números da economia, especialmente à arrecadação e às despesas do governo.

— Talvez a falta de transparência das contas públicas tenha provocado a situação a que chegamos, de ter que mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal para evitar a criminalização da presidente da República — afirmou.

A senadora também cobrou do governo maior controle sobre os gastos públicos.

Lídice da Mata homenageia João Durval

Lídice da Mata (PSB-BA) prestou homenagem, ontem, ao senador João Durval (PDT-BA), cujo mandato se encerra no final de janeiro de 2015.

— Eu quero, em nome da Bahia, agradecer a sua presença nos oito anos de mandato que teve. Somos gratos pelo trabalho que ele desenvolveu no governo da Bahia e pela ética, pela coragem, pela honestidade como conduziu os seus mandatos, todos em nome do povo baiano — afirmou a senadora.

João Durval foi prefeito de Feira de Santana e eleito governador da Bahia no período de 1983 a 1987.

Segundo destacou a senadora, o projeto de abastecimento de água no sertão baiano foi uma das marcas de João Durval à frente do governo do estado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

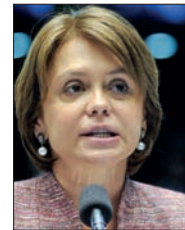
Comissão Mista de Orçamento avalia hoje obras irregulares

A reunião da Comissão Mista do Orçamento (CMO) que ocorreria ontem foi adiada para hoje, após audiência a ser realizada às 10h com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. O principal item da pauta da CMO é o re-

latório do Tribunal de Contas da União do qual constam as medidas saneadoras adotadas e as pendências relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades graves executadas com recursos da União em 2013.

Ângela quer garantia de direitos de servidores em medida provisória

Ângela Portela (PT-RR) defendeu mudanças na Medida Provisória 660/2014. Editada pelo governo em novembro, o texto trata dos vencimentos dos servidores do ex-território de Rondônia e regulamenta a inclusão dos servidores dos ex-territórios de Roraima e Amapá nos quadros da União.



Marcos Oliveira/Agência Senado

A senadora disse ter apresentado nove emendas à MP, como a que atende uma antiga reivindicação dos fiscais de tributos dos antigos territórios, que é o direito à mesma remuneração dos auditores fiscais da União. Outra emenda determina que a União assumira aposentadorias ocorridas entre 1988 e 1993.

Mozarildo: governadora eleita de Roraima deverá reconstruir estado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou a diplomação da governadora eleita de Roraima, Suely Campos, ocorrida anteontem.

Após lembrar que Suely foi a única mulher eleita neste ano para um governo estadual e será a primeira a governar os roraimenses, Mozarildo desejou sucesso.



Marcos Oliveira/Agência Senado

— A corrupção desenfreada que se instalou após a morte do governador Ottomar Pinto levou o estado a estar endividado praticamente em todos os aspectos e todos os setores da administração. Está um caos. Então, a governadora vai receber uma missão áspere de poder realmente reconstruir o estado — disse.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de despedida de Eduardo Suplicy, Inácio Arruda e Pedro Taques serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

PRESIDÊNCIA Diplomação de Dilma

12h Reunião da Mesa. Às 19h, Renan Calheiros participa, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da sessão solene de diplomação da presidente e do vice-presidente da República reeleitos, Dilma Rousseff e Michel Temer.

CMO Arno Augustin

10h A comissão ouve o secretário do Tesouro, Arno Augustin, sobre metas fiscais. Às 14h30, reunião deliberativa.

CPMI DA PETROBRAS Relatório

10h A CPMI mista se reúne para votar o relatório final.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO Balanço

14h30 A Comissão de Financiamento da Educação apresenta balanço da atuação.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso aprova diretrizes ao Orçamento de 2015

Projeto da LDO incluiu nova meta para o superávit primário do governo para o ano que vem e orçamento impositivo. Emendas de deputados e senadores terão que ser liberadas integralmente

O CONGRESSO APROVOU ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 (PLN 3/2014). O texto, acatado na forma de substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto do Executivo, segue agora para sanção presidencial.

A proposta aprovada inclui a nova meta de superávit primário para o próximo ano, de 1,2% do produto interno bruto (PIB), e a execução obrigatória das emendas individuais de deputados e senadores, o chamado orçamento impositivo.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), articulou com os líderes partidários da base aliada e da oposição a aprovação da LDO e de mais 14 projetos de créditos adicionais, por remanejamento orçamentário.

— Trabalhamos muito nos últimos dias para entregar ao país esse resultado. Mas o ano legislativo ainda nos reserva outras votações importantes.

Conforme o texto aprovado, as emendas parlamentares

serão obrigatoriamente executadas ao longo do ano. Os congressistas poderão transformar em emendas, em benefício de obras em municípios, 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União, o que, para 2015, equivale a R\$ 9,7 bilhões.

A LDO fixa as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Contém metas e prioridades do governo, despesas de capital para o exercício financeiro seguinte. Também fixa limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe sobre gastos com pessoal e política fiscal.

Votação na Câmara

A aprovação do orçamento impositivo na LDO ocorreu antes de a Câmara concluir a votação da PEC do Orçamento Impositivo (PEC 358/2013). Os deputados aprovaram a proposta em primeiro turno na terça-feira. No entanto, o texto ainda precisa ser votado em segundo turno, o que só deve ocorrer em 2015.

A PEC determina que o governo federal terá de reservar 1,2% da receita corrente líquida para gastos com emendas individuais de deputados e senadores, as quais deverão ser integralmente liberadas.

A prática do orçamento impositivo, porém, já vem sendo adotada, uma vez que a própria LDO já determina a execução das emendas parlamentares individuais ao Orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior.

Relatório preliminar ao projeto do Orçamento de 2015 fixa para as emendas individuais parlamentares o limite de R\$ 16.324.600 — dos quais 50% deverão ser destinados a ações e serviços públicos de saúde.

Na votação, os deputados mantiveram o texto aprovado no Senado em 2013 (PEC 22A/2000) e rejeitaram destaque do DEM que pretendia retirar do projeto a definição do mínimo de recursos que a União deve aplicar anualmente em saúde.



Relator, Jucá (D) negocia com parlamentares em votação do Congresso

Jucá vê possibilidade de autoconvocação neste ano

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que há possibilidade de autoconvocação dos parlamentares para votar ainda neste ano o Orçamento 2015. Segundo ele, a medida pode ser necessária ante o término da sessão legislativa na segunda-feira.

Relator da proposta (PLN 13/2014), Jucá disse que espera até amanhã a votação dos relatórios setoriais pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e que, no sábado e no domingo, vai elaborar o relatório-geral. Se isso acontecer, a proposta final da lei orçamentária poderá ser votada pela CMO e

no Plenário do Congresso na segunda, dentro da sessão legislativa.

A autoconvocação poderá ser uma medida preventiva para a hipótese de não ser possível a aprovação na segunda. Pela Constituição, o recesso legislativo começa na terça e, para votar o Orçamento nesse dia, o Congresso teria de autoconvocar-se.

A convocação extraordinária depende de aprovação da maioria absoluta dos deputados (257) e dos senadores (41). A iniciativa é dos presidentes do Senado e da Câmara, e os parlamentares não recebem verba extra.

Polícia Federal, aeroportos e trens receberão crédito extra

Além da LDO, o Congresso aprovou projetos que abrem créditos adicionais no Orçamento de 2014 a vários órgãos públicos para diversas finalidades. Entre eles, o PLN 19/2014, que destina R\$ 145,6 milhões para investimentos em 20 aeroportos controlados pela Infraero.

Os recursos serão usados por meio do Fundo Nacional da Aviação Civil em empreendimentos e ações que integram o Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC). O dinheiro servirá para aquisição de equipamentos e modernização e adequação da infraestrutura aeroportuária, como ampliação da capacidade dos aeroportos, terminais de passageiros, pátios e pistas, telecomunicações aeronáuticas, terminais de logística de carga e estacionamentos.

Também foi aprovado o PLN 5/2014, que garante aumento à Polícia Federal, e o PLN 7/2014, que abre crédito especial de R\$ 58,5 milhões em favor

do Ministério dos Transportes para reforçar investimentos no transporte ferroviário do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A maior parte dos recursos (R\$ 56,6 milhões) será destinada à adequação de linhas férreas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por meio do Dnit. Para tanto, o projeto cancela o mesmo valor no projeto de adequação de trechos rodoviários na mesma região.

O crédito especial é usado quando

não há dotação orçamentária específica para o investimento em questão. Nesse caso, o PLN 7/2014 cancela projetos que constam do Orçamento de 2014 e remaneja os recursos para outros projetos que não foram incluídos na peça orçamentária.

Também foram aprovados créditos para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, o Ministério Público da União, a Câmara e órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo.

Veja os créditos aprovados



Investimento em portos — O PLN 6/2014 estabelece que a Secretaria de Portos receberá R\$ 333,2 milhões de recursos suplementares para investimentos nas Companhias Docas dos estados de São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O objetivo é reforçar o orçamento dessas companhias para garantir a execução dos respectivos planos de trabalho. O maior volume de recursos, R\$ 174,6 milhões, será destinado ao Rio de Janeiro.



Ferrovias — O PLN 7/2014 garante o repasse de R\$ 58,5 milhões adicionais ao Ministério dos Transportes. Desse total, R\$ 56,6 milhões serão destinados à cidade do Rio de Janeiro, para melhoria das linhas férreas em perímetros urbanos na região metropolitana da capital.



Espaço aéreo — O PLN 33/2014 repassa R\$ 489,2 milhões aos Ministérios da Justiça e da Defesa. O dinheiro destinado à Defesa, no valor de R\$ 427,5 milhões, será aplicado pelo Ministério da Aeronáutica na conclusão das obras de construção do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, em Minas Gerais, e na manutenção e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.



Infraestrutura — O projeto (PLN 2/2014) abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a cargo do Ministério das Cidades. Os recursos serão utilizados em projetos de melhoria das condições sanitárias, de habitação, de mobilidade e de acessibilidade urbana.



Emendas — O projeto de crédito suplementar (PLN 10/2014) vai garantir o repasse de R\$ 15,898 milhões a 14 ministérios para atender emendas individuais. O maior volume de recursos, R\$ 5,2 milhões, será repassado para o Ministério da Saúde. Os demais ministérios atendidos são Agricultura, Ciência e Tecnologia, Educação, Justiça, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Turismo, Desenvolvimento Social, Cidades, Pesca, Direitos Humanos, Igualdade Racial e Micro e Pequena Empresa.



Aeroportos — Pelo PLN 19/2014, a Infraero receberá R\$ 145,6 milhões para investimentos na infraestrutura dos aeroportos brasileiros. Os recursos serão utilizados na manutenção e ampliação da capacidade operacional dos terminais de passageiros, pátios e pistas. Também haverá investimento na expansão da capacidade comercial, com aplicação de recursos em estacionamentos e terminais de carga.



Governo — Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário receberão R\$ 102,4 milhões adicionais, segundo o PLN 24/2014. O maior volume de recursos, R\$ 61,2 milhões, será utilizado por diversos órgãos do governo, entre eles a Presidência da República. Outros R\$ 32,4 milhões serão destinados à Câmara dos Deputados. Já o Poder Judiciário receberá R\$ 8 milhões para investimentos na construção, reforma e ampliação de prédios.



Saúde — Os Ministérios da Saúde, da Educação e da Cultura receberão R\$ 9,9 milhões em créditos suplementares (PLN 26/2014). A maior parcela dos recursos, R\$ 8,9 milhões, será de investimentos em saúde.



Transporte — O PLN 18 garante o repasse de R\$ 10,7 milhões adicionais para o Ministério dos Transportes. Os recursos serão investidos em obras ferroviárias nos municípios de Guararema e Barretos, em São Paulo, e na construção do anel rodoviário de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul.



Reforma — Segundo o PLN 17/2014, serão repassados R\$ 14,6 milhões adicionais para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho. Os recursos serão aplicados em obras de diversos prédios nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia.



Reajuste salarial — O projeto (PLN 5/2014) vai permitir o reajuste de agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal. Esses servidores receberão aumento de 15,8%, dividido em duas parcelas. O reajuste é o mesmo já concedido, em 2012, às demais categorias do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O projeto altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor (Lei 12.919/2013) para permitir o reajuste. De acordo com a LDO, os aumentos para servidores só têm validade se o projeto de lei de reajuste der entrada no Congresso até 24 de dezembro do ano anterior. O PLN 5 determina que o prazo não será aplicado no caso dos policiais federais.



Seguro rural — O PLN 32/2014 destina ao Ministério da Agricultura crédito suplementar de R\$ 310 milhões para o pagamento do seguro rural. Os recursos beneficiarão cerca de 25 mil produtores rurais a mais, em 2014. Segundo o governo, a demanda foi superior aos recursos já previstos no Orçamento.



Obras — Os PLNs 8 e 9 destinam créditos adicionais para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e para o Ministério Público da União. Serão 59,5 milhões para construção, reforma e ampliação de prédios em diversos estados.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lixões como o da Estrutural (DF), um dos maiores da América Latina, devem ser eliminados pelos governos locais

Mantido veto à prorrogação do prazo para fim de lixões

Após acordo com lideranças no Senado, veto do governo é confirmado e os lixões que ainda funcionam permanecem em situação irregular. Congresso também manteve veto que desonerava látex para pneus

O CONGRESSO NACIONAL manteve ontem o veto do governo à prorrogação, por mais quatro anos, do prazo para que os municípios eliminem os lixões. O prazo terminou em 3 de agosto deste ano. A prorrogação, com alteração na Política Nacional de Resíduos Sólidos, havia sido aprovada pelos parlamentares no projeto de lei de conversão da Medida Provisória 651/2014.

Na justificativa do veto, o Executivo argumenta que a prorrogação do prazo contraria o interesse público, por adiar a consolidação de aspectos importantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, conforme a mensagem presidencial, o veto decorre de acordo realizado no Senado com lideranças parlamentares.

Também foi mantido o veto a outro ponto do projeto de

lei de conversão — um artigo que desonerava o látex para fabricação de pneus na Zona Franca de Manaus.

A votação de ontem, que teve acordo entre lideranças, gerou protestos de alguns deputados por ter sido feita em bloco — eles reivindicavam o direito de decidir pela manutenção de alguns vetos e pela derrubada de outros. Foram vetados dez dispositivos do projeto.

Adiada votação de projeto do novo Código Penal

A votação do projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevista para ontem, foi transferida para a primeira reunião do colegiado em 2015 após a reabertura dos trabalhos legislativos, em 2 de fevereiro.

O relator do texto na CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou ontem substitutivo acatando parte das 75 emendas apresentadas, mas os senadores pediram mais tempo para analisar as mudanças. Com isso, a votação foi adiada. O texto terá outro relator quando voltar à pauta, pois Vital deixará o Senado para assumir como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

— Lamento que não tenha sido votado, mas havia necessidade [de mais tempo para análise], pela complexidade da matéria — disse.

Vital destacou a importância da modernização do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940), que, apesar de ter passado por atualizações ao longo destes 74 anos, não acompanhou as transformações da sociedade. Para ele, a reforma proposta atualiza as relações da sociedade com o Estado, reforça o respeito ao direito à vida e a outros direitos dos cidadãos e amplia o rigor na punição àqueles que desrespeitam esses direitos.

— O novo código oferece condições materiais objetivas

para que o cidadão se sinta mais protegido pelo direito que tem e que muitas vezes o Estado não cumpre — frisou.

Para elaborar o substitutivo, o relator se baseou em um anteprojeto apresentado por uma comissão de juristas, que avaliou mais de 120 leis em

vigor, preservando dispositivos adequados ao novo código e propondo a revogação de normas superadas. Vital também aproveitou substitutivo apresentado por Pedro Taques (PDT-MT) a uma comissão especial de senadores, que analisou o tema antes da CCJ.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Senadora questiona rejeição de emendas sobre preconceito a homossexuais

Marta cobra análise de texto contra homofobia

A tramitação do projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006) dentro da reforma do Código Penal foi apontada ontem por Marta Suplicy (PT-SP) como manobra para atrasar a votação da proposta. No fim de 2013, o texto estava pronto para votação na Comissão de Direitos Humanos (CDH), mas por requerimento do ex-senador Eduardo Lopes passou a tramitar em conjunto com o projeto do código.

A senadora também disse não entender o motivo da rejeição, por Vital, de emendas apresentadas ao novo código

para criminalizar o preconceito contra homossexuais.

— Por que existe crime de racismo, crime religioso, de preconceito regional e nacional e não existe o de orientação sexual, sendo que quem está morrendo hoje nas ruas é homossexual? — questionou.

Ontem, o relator do Código Penal na CCJ, Vital do Rêgo, recomendou que o PLC 122 volte a tramitar de forma independente. Vital afirmou que a Consultoria Legislativa, após análise, recomendou o tratamento da questão em lei específica.

Profissionais liberais podem ter novo enquadramento funcional

Os profissionais liberais poderão integrar o rol das chamadas categorias profissionais diferenciadas, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/1943), para reduzir os conflitos envolvendo sindicatos. É o que prevê o PLC 77/2014, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto vai agora para o Plenário, última instância antes da sanção presidencial.

Segundo a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apesar de exercerem atividades especializadas que exigem capacitação específica — característica das categorias diferenciadas, que têm alguns benefícios sindicais —, alguns profissionais liberais precisam recorrer à Justiça para se submeterem às regras do seu sindicato, e não às das empresas a que estão ligados.

— A conciliação sindical nem sempre é pacífica. Há questões insolúveis em relação aos profissionais liberais — disse.

A categoria profissional diferenciada engloba aqueles que exercem profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto especial. Um engenheiro contratado por uma indústria metalúr-

gica para exercer esse cargo será filiado ao sindicato dos engenheiros, e não ao dos metalúrgicos. Não é o caso das demais atividades inespecíficas dessa indústria, regidas pelo sindicato da atividade principal do empregador.

Com a aprovação da proposta, jornalistas, médicos, farmacêuticos, arquitetos e psicólogos, entre outros, deixam de estar submetidos às regras aplicáveis à categoria preponderante na empresa e passam a ter garantidos direitos especiais hoje questionados judicialmente — como a estabilidade do trabalhador eleito dirigente sindical.

Juizes vêm entendendo que os profissionais liberais não se enquadrariam numa categoria diferenciada. Essa visão estaria fundamentada na existência do chamado Quadro de Atividades e Profissões, usado pela CLT e que serviria de base para o enquadramento, mas que está desatualizado, sustenta a relatora.

Além disso, diz Vanessa, os profissionais liberais possuem certa autonomia técnica e profissional. Não podem, assim, ser submetidos a regras gerais que talvez não sejam compatíveis com as atividades.



Pedro Franco/Agência Senado

Waldemir Moka (dir. à mesa) conduz reunião em que o projeto foi aprovado

Aprovadas regras para venda de planos de assistência funerária

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, ontem, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 50/2014, que cria regras específicas para a comercialização dos planos de assistência funerária e para a fiscalização das empresas que atuam no setor. Hoje esses serviços são regulados por dispositivos gerais do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990). A matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto considera como plano ou serviço de assistência funerária o conjunto de serviços contratados a serem prestados ao titular e dependentes, incluindo toda a realização de um atendimento funerário, organização e coordenação das homenagens póstumas, do cerimonial e dos traslados, providências administrativas, técnicas

legais e fornecimento de artefatos.

Pelo texto, os planos deverão apresentar o contrato de prestação de serviços com descrição detalhada das atividades; valor e número das parcelas a serem pagas, incluindo forma de reajuste de parcelas; condições para cancelamento ou suspensão e carência, entre outros dados.

De autoria do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), o projeto foi relatado pelo senador Humberto Costa (PT-PE), substituído ad hoc pela senadora Ana Rita (PT-ES). De acordo com o relatório, o projeto vai regular relações comerciais feitas, até agora, de maneira espontânea, mas que precisam se transformar em práticas sólidas, de interesse público e com respeito aos direitos do consumidor.

Após 53 anos, EUA e Cuba decidem reatar relações

Aproximação, anunciada ontem por Barack Obama e Raúl Castro, põe fim a um dos últimos capítulos da Guerra Fria. Negociações, conduzidas no Canadá, foram secretas e levaram um ano e meio

VINTE E CINCO anos depois da queda do Muro de Berlim, o início da normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba, anunciado ontem em Washington e Havana, quebra as últimas pedras de gelo da Guerra Fria. Chamada pela CNN de “operação de degelo”, a retomada dos laços entre os dois países, que contou com o apoio do papa Francisco, encerra cinco décadas de hostilidades entre vizinhos que nos anos 60 protagonizaram nas Américas o conflito ideológico entre capitalismo e socialismo.

O acordo foi anunciado após 18 meses de negociações secretas no Canadá. Incluem a reabertura de embaixadas nas capitais dos dois países, maior facilidade para viagens e uma gradual eliminação do embargo comercial à ilha. Foi um passo considerável do presidente dos EUA, Barack Obama, que acaba de sofrer uma derrota parlamentar e

terá de enfrentar as críticas dos conservadores americanos e da comunidade cubana de Miami.

O principal argumento de Obama, durante a divulgação da medida, foi a inutilidade do rompimento de relações diplomáticas como instrumento de pressão para que o governo cubano adotasse medidas de democratização. Cinco décadas depois do rompimento, ocorrido durante a gestão de John Kennedy em Washington, quem manda em Cuba ainda são os irmãos Castro. Fidel, um dos protagonistas da Crise dos Mísseis, em 1961, não está mais no Palácio da Revolução. Mas seu irmão Raúl negociou com Obama os termos do acordo.

O mundo já está longe da crise de 53 anos atrás, quando os Estados Unidos e a União Soviética estiveram muito próximos de iniciar uma 3ª Guerra Mundial, por causa

da instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba. A própria União Soviética, que prestou grande ajuda a Cuba durante os primeiros anos da Revolução Cubana, não existe mais. Cuba é um dos poucos países a adotar praticamente o mesmo modelo socialista que se espalhou pelo Leste Europeu após a 2ª Guerra Mundial. Mas há muito tempo deixou de representar uma ameaça militar aos Estados Unidos.

Atualmente, os EUA mantêm relações cordiais até mesmo com o Vietnã, palco de uma guerra nos anos 70 que marcou toda uma geração de americanos. A demora no restabelecimento das relações com Cuba deveu-se muito mais a questões de política interna norte-americana, ligadas ao crescente peso dos votos dos imigrantes latinos. Obama fez sua aposta. Foi um gesto ousado de quem está a dois anos do fim de seu governo.

Reaproximação é celebrada em Plenário

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem, em Plenário, a divulgação, pelos principais veículos de comunicação do mundo, da notícia de que os governos de Cuba e dos Estados Unidos negociam uma reaproximação diplomática. Emocionado, o senador afirmou que o fato é “de extraordinária importância”.

— Isso vai significar uma

melhoria notável das relações entre todos os países das Américas — celebrou.

Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão, mostrou-se satisfeito com o fato de a notícia ter chegado ao Senado por meio de Suplicy, que abordou a questão ao longo de seus mandatos. Viana também afirmou que o fato tem uma “simbologia enorme”.

— É uma grande mensagem que os presidentes mandam para o mundo, de que é possível manter diferenças, mas estabelecer relações que estão na essência da humanidade.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a decisão é um passo importante rumo ao bom relacionamento dos povos. A senadora, que é membro do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba, sugeriu que o colegiado organize atividades relacionadas à reaproximação diplomática.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou a influência da decisão para a região.

— É muitíssimo importante para o cenário político da América Latina e para o mundo — disse, lembrando que o Brasil tem contribuído com o país caribenho.



Para Suplicy, acordo significará melhoria das relações entre países das Américas

Senadores citam ação do papa no acordo

Pedro Simon (PMDB-RS) considerou fundamental a participação do papa Francisco no processo que poderá culminar no restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, anunciado ontem, coincidentemente dia do aniversário de 78 anos do líder católico.

— O papa dialogou com o presidente Barack Obama e esteve com Raúl Castro, em Havana, contribuindo para o término dessa divisão absurda — informou o senador.

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o restabelecimento das relações entre os Estados Unidos e Cuba vai além de aspectos econômicos, representados por eventual fim do embargo comercial à ilha.

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que foram 18 meses de negociações secretas e que a última reunião sobre o assunto aconteceu no Vaticano.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lembrou que, segundo a mídia, ainda não é o fim do bloqueio econômico

norte-americano a Cuba. Trata-se do reatamento das relações diplomáticas entre os dois países. Mas isso, para o senador, já é de extrema importância.

— Nós não poderíamos deixar de registrar, e vou denominar assim, o gol de placa do papa Francisco, essa liderança global que tem conciliado líderes mundiais, que tem cumprido um papel de protagonista mundial da paz e da conciliação pelos mais pobres — disse Randolfe.



Ricardo Ferraço afirma que decisão de Cuba e EUA foi “madura e civilizada”

Medida fortalece todo o continente, diz Ferraço

A aproximação entre Cuba e os EUA colabora para um ambiente de maior integração entre os países americanos, avaliou Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

— As relações estão defasadas no tempo, vêm dos anos 60 e 70, quando o mundo se dividia em dois polos. Essa decisão madura e civilizada dos dois países cria todo um ambiente para melhorar e ampliar a integração das Américas. É um divisor de águas para a construção da

democracia na nossa região.

Para o senador, é Cuba quem tem mais a ganhar com um eventual fim do embargo econômico — esse ponto depende de decisão do Congresso americano.

A decisão também foi comemorada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O senador disse que o fato deve ser celebrado por todos, independentemente de posição política.

— Eu sinto que o Brasil, que tanto investiu no relacionamento com Cuba, não tenha participado mais ativamente deste momento.



Dilma Rousseff e Raúl Castro durante a inauguração do Porto de Mariel

À espera da mudança, Brasil financiou porto na ilha

Ao participar em janeiro da inauguração do novo Porto de Mariel, próximo a Havana, a presidente Dilma Rousseff disse que o Brasil tinha a intenção de tornar-se “parceiro econômico de primeira ordem de Cuba”.

Ao lado do mandatário cubano, Raúl Castro, ela anunciou que, além do financiamento de US\$ 800 milhões, já concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à construção do porto por empresas brasileiras, novos empréstimos seriam feitos a Cuba para a implantação de uma zona econômica especial.

No Brasil, a oposição fez duras críticas ao financiamento do BNDES à ampliação do porto de Cuba, quando vários portos brasileiros enfrentam dificuldades. A acusação chegou à campanha presidencial.

O Brasil mantém uma relação

especial com Cuba desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. O principal objetivo do governo brasileiro no relacionamento bilateral, nos últimos anos, foi o de antecipar-se à normalização das relações de Cuba com os Estados Unidos.

Em dezembro do ano passado, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) ouviu aquele que seria o novo embaixador brasileiro em Cuba, Cesario Melantonio Neto. Em seu depoimento aos senadores, ele informou que o Porto de Mariel será um *hub* (concentrador de cargas) para todo o Caribe.

— Esse projeto conta com uma zona que no Brasil seria de processamento de exportação, onde empresas terão uma série de facilidades, como incentivos fiscais, podendo utilizar *drawback* (restituição ou isenção de tributos) sem limites para a remessa de dividendos.

Senado aprova programa sobre terras-raras

Iniciativa envolvendo os minerais estratégicos quer incentivar o desenvolvimento de indústria tecnológica no Brasil e segue para análise da Câmara dos Deputados

FOI APROVADA ONTEM pelo Senado a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico dos Minerais de Elementos Terras-Raras. O programa pretende capacitar a indústria nacional para a produção baseada nos elementos terras-raras, um grupo de minerais com alto potencial tecnológico. A matéria segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

O programa é instituído pelo PLS 529/2013, resultado dos trabalhos da Subcomissão de Terras-Raras. A subcomissão foi criada em 2013 pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e promoveu cinco audiências públicas para conhecer o tema e os desafios que ele impõe. O relatório final incluiu a apresentação da proposta.

Segundo as conclusões da subcomissão, o Brasil detém as maiores reservas mundiais dos minerais que compõem o conjunto dos elementos terras-raras. Entretanto, ainda não

domina toda a cadeia produtiva necessária para desenvolver os bens tecnológicos que os utilizam, como computadores, aparelhos de ressonância magnética e componentes para geradores de energia eólica, entre outros

Conhecimento

Sem pesquisa no setor, o Brasil depende de importações e fica sujeito às oscilações do mercado internacional. Segundo a proposta da subcomissão, é desejável eliminar a dependência. “Sem esse domínio, nossa soberania fica comprometida, pois os elementos têm uma multiplicidade de usos, inclusive na área de defesa e na indústria petrolífera”, explica o texto de justificativa do projeto.

Entre os elementos terras-raras (ou metais terras-raras) estão: lantânio, cério, praseodímio, neodímio, promécio, samário, európio, gadolínio, térbio, disprósio, hólmio,



Complexo minero-industrial de Caldas (MG), onde a exploração de urânio foi feita para atender a usina de Angra 1

érbio, túlio, itérbio e lutécio.

O texto promoverá a articulação entre empresas, institutos de pesquisa (incluindo universidades) e parques tecnológicos para desenvolver projetos de pesquisa envolvendo os elementos.

O governo deverá regulamentar os critérios de habilitação das empresas participantes. “O principal objetivo foi o de oferecer um marco

regulatório que assegure ao Brasil o desenvolvimento do conhecimento de ponta, gerando mais empregos de qualidade e mais renda para a população brasileira”, afirma o relatório final da subcomissão.

Os incentivos a essa atividade poderão se concretizar com isenções tributárias, condições especiais de financiamentos e contratações simplificadas.

Fica autorizada a cobrança de imposto de exportação sobre a venda de minérios de elementos terras-raras como forma de manter a matéria-prima no país, visando ao desenvolvimento nacional.

O programa terá dotação orçamentária específica, mas também poderá contar com aportes financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ex-atleta Lais Souza ganha pensão vitalícia após acidente

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 81/2014, que prevê a concessão de pensão especial vitalícia à ex-atleta Lais Souza. Lais ficou tetraplégica ao sofrer acidente em treino de esqui aéreo no começo do ano. O projeto segue agora para sanção presidencial.

O valor do benefício mensal equivale a R\$ 4.390,24, limite máximo para esse tipo de auxílio, segundo o Regime Geral de Previdência Social. A despesa vai ser lançada no programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais, de responsabilidade da União. A pensão não será passada aos herdeiros de Lais.

Na justificativa, a autora do projeto, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), argumenta que Lais Souza “construiu uma carreira baseada na garra, na

perseverança e no sucesso”. Aos 12 anos de idade, já integrava a Seleção Brasileira de Ginástica Olímpica. Aos 15, representou o Brasil nas Olimpíadas de Atenas, em 2004. No ano seguinte, alcançou seu mais expressivo resultado com a medalha de ouro na Copa do Mundo de Cottbus e Stuttgart, na Alemanha.

Com essa trajetória de sucesso, a Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN) convidou Lais e a atleta Josi Santos a conhecerem o esqui aéreo, em maio de 2013. Após obterem classificação para essa modalidade nos Jogos Olímpicos de Inverno de fevereiro de 2014 — realizados em Sóchi, na Rússia —, as atletas seguiram um rigoroso treinamento em Salt Lake City, EUA.

Em janeiro de 2014, Lais sofreu o

acidente e fraturou a terceira vértebra, com lesão medular definitiva. Houve comprometimento das funções motora, sensitiva e autonômica. Assim, a atleta perdeu movimentos, sensibilidade e



Ex-ginasta posa ao lado de equipe médica de reabilitação em hospital dos Estados Unidos

controle dos órgãos abaixo do pescoço.

No momento do acidente, Lais não participava de nenhuma delegação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), eliminatória ou classificatória para os Jogos Olímpicos, e o seguro de vida ou invalidez contratado pela instituição cobre apenas os atletas em missões em jogos oficiais. Mesmo assim, a entidade assumiu diversas ações, desde o momento do acidente de Lais, para custear o tratamento da atleta.

O relator da proposta na Comissão de Educação (CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), explicou que o valor para a pensão segue a mesma regra aplicável aos auxílios especiais mensais concedidos aos campeões de futebol das Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, conforme a Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012).

Obras no Rio São Francisco podem inspirar nova legislação, diz relator

A comissão externa do Senado que acompanha os programas de transposição e revitalização do Rio São Francisco apresentou ontem o relatório final dos seus dois anos de funcionamento. O texto do senador Humberto Costa (PT-PE) destacou a contribuição do Senado na articulação entre o governo, os órgãos de controle e as empresas envolvidas.

O senador apontou a necessidade de converter o aprendizado acumulado no período em proposições legislativas que contribuam para uma melhor e mais rápida aplicação dos recursos de grandes projetos de investimentos do governo.

Atualmente, segundo o

Ministério da Integração Nacional, 68,7% das obras estão concluídas. A contratação de mão de obra e máquinas em operação nas frentes de serviço é de 100%. Mais de 11 mil trabalhadores fazem parte da empreitada.

Outra sugestão é que o Senado continue a fiscalizar os programas para a definição de um padrão de regulação capaz de garantir a sustentabilidade do processo após a conclusão da transposição, prevista para o final de 2015.

— É por essa razão que propomos criação de uma nova comissão para acompanhar essas iniciativas na próxima legislatura — sugeriu.

Plenário autoriza empréstimo internacional para Fortaleza

O Plenário do Senado aprovou ontem a contratação de crédito externo, com garantia da União, entre o município de Fortaleza e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O valor de US\$ 58 milhões destina-se ao financiamento parcial da segunda etapa do programa de transporte urbano da cidade. A matéria vai à promulgação.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora do texto, disse que a proposta é “justa e correta”, elogiou o empenho dos senadores cearenses e acrescentou que o povo de Fortaleza saberá reconhecer o esforço. José Pimentel (PT-CE) defendeu o empréstimo e Inácio

Arruda (PCdoB-CE) afirmou que a questão da mobilidade é “crucial” para a qualidade de vida da população.

Na mesma sessão, o Senado alterou uma expressão contida em autorização de empréstimo internacional que, de acordo com o Ministério da Fazenda, estava em contradição com as bases acertadas para o contrato. A autorização inicial foi aprovada no Senado em setembro e previa a contratação de até US\$ 13,5 milhões, entre São Luís e o BID. O empréstimo será destinado para o programa de revitalização do centro histórico da capital maranhense. O texto também segue para promulgação.

Criação de vara federal em Pitanga (PR) agilizará Justiça local

Vai à sanção presidencial o PLC 2/2014, que cria uma vara federal em Pitanga (PR) e cria 2 cargos de juiz federal (um titular e um substituto), 17 cargos de servidores efetivos, 1 cargo em comissão e 13 funções comissionadas.

Os custos com pessoal e custeio anual da nova vara vão totalizar R\$ 5,3 milhões. A instalação dependerá de dotação orçamentária disponível para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, responsável pelo Paraná. Com a criação da vara federal em Pitanga, 16 municípios ficarão sob sua jurisdição, desafogando as subseções de Campo Mourão, Apucarana e Guarapuava.

De acordo com proposta, que passou no Senado e agora vai para a Câmara, assassinato de mulher por razões de gênero se torna circunstância qualificadora do homicídio

Avança inclusão do feminicídio no Código Penal

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a inclusão do feminicídio no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio (PLS 292/2013). O projeto agora vai para a Câmara dos Deputados.

O feminicídio é definido como o homicídio praticado contra a mulher por razões de gênero, quando houver violência doméstica ou familiar, violência sexual, mutilação da vítima ou emprego de tortura. A pena definida pelo Código Penal é de 12 a 30 anos de reclusão.

O projeto é oriundo da CPI Mista da Violência contra a Mulher. Na justificativa da proposta, a comissão afirma que a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) foi um ponto de partida, e não de chegada, no combate à violência contra a mulher. Daí a defesa da inclusão do feminicídio no Código Penal, em sintonia com recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou um substitutivo, mas manteve a essência da proposta apresentada pela CPI. A senadora rejeitou a emenda



Gleisi Hoffmann conversa com Jorge Viana na sessão em que o Plenário aprovou a inclusão do feminicídio no Código Penal

apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que abrangia de forma ampla crimes “por preconceito de raça, cor, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, deficiência, condição de vulnerabilidade social, religião, procedência regional ou nacional ou em contexto de violência doméstica ou familiar”.

Para Gleisi, a aprovação do projeto é uma resposta do Parlamento a casos recentes de violência contra a mulher, a exemplo da declaração do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) de que só não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque ela “não merece”. A conduta do deputado é objeto de apuração pelo Conselho de

Ética da Câmara e foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal (STF).

— O Congresso não pode ficar impassível diante de tanta barbárie e silenciar. Por isso, é importante a votação do projeto — afirmou Gleisi.

A senadora disse que a emenda apresentada por Va-

nessa Grazziotin (PCdoB-AM) melhorou a redação do projeto, ao redefinir as circunstâncias do feminicídio e prever o aumento de pena quando o crime for praticado contra gestante, idosa e menor de 18 anos.

Segundo Gleisi, há um anseio da sociedade por punições mais duras, diante do aumento dos homicídios de mulheres. A tipificação do feminicídio também visa impedir interpretações jurídicas anacrônicas, como a associação entre o assassinato de mulheres e crimes passionais.

Países como México, Chile e Argentina já incorporaram o feminicídio às legislações penais.

Ana Rita (PT-ES), relatora da CPI mista, também saudou a aprovação do projeto.

A votação da proposta foi acompanhada por representantes de entidades como União Brasileira de Mulheres, Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Encarte sobre violência de gênero: senado.leg.br/mariadapenha

Vai à Câmara aposentadoria de servidor com deficiência

O Plenário do Senado aprovou projeto de lei complementar que define os requisitos e os critérios especiais para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência. O texto (PLS 250/2005) vai para a Câmara.

A proposta foi apresentada por Paulo Paim (PT-RS). O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou um substitutivo para equiparar os critérios aos garantidos aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.

O projeto regulamenta a Constituição, que reconhece a possibilidade de aposentadoria especial para algumas categorias de servidores públicos, entre as quais estão os portadores de deficiência. Segundo o texto, o servidor nessa condição será beneficiado com uma redução

no tempo de contribuição exigido para a aposentadoria voluntária, que em regra é de 35 anos para os homens e 30 para as mulheres.

— Esse projeto oferece uma solução definitiva de equidade, já que todos os do Regime Geral já tinham esse benefício. O projeto traz isonomia para colocar fim a uma discriminação — disse Armando.

A gravidade da deficiência vai determinar o tamanho da redução. No caso de deficiência grave, o tempo deve ser de 25 anos para homens e 20 para mulheres. Na deficiência moderada, serão 29 e 24 anos, respectivamente. Na deficiência leve, 33 e 28. As reduções não podem ser acumuladas com reduções garantidas por outras circunstâncias.

A idade mínima para se

aposentar muda. Pelo projeto, será calculada assim: a idade estabelecida na Constituição (60 anos para homens e 55 anos para mulheres) menos o número de dias idêntico ao da redução obtida no tempo de contribuição.

Nos casos de servidores portadores de deficiência anterior à lei, será feita uma avaliação para determinar a gravidade e a data provável do início da deficiência, a partir das quais serão calculados os benefícios.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou:

— Toda vez que trato dessa questão me emociono porque a vida me reservou uma oportunidade que foi a de ter mandado ao Congresso, quando era ministro da Justiça, o projeto que virou a Lei da Acessibilidade [Lei 10.098/2002].



Projeto aprovado amplia área do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba

Mudança em parque nacional no Nordeste é enviada para sanção

O Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, localizado entre Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, deverá ter a área modificada. O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei (PLC 47/2014), que agora vai para a sanção presidencial.

Do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), a proposta altera o decreto de criação do parque, editado em 2002, aumentando a área de 730 mil hectares para 750 mil hectares.

O texto desafeta uma área no sul do parque, composta por vegetação típica de Cerrado em diferentes graus de recuperação, onde há monocultivos de grãos há vários anos. Também foram incorporadas áreas das nascentes do Rio Corrente, da Serra do Lajeado e da Área de Proteção Ambiental do Jalapão.

As mudanças nos limites garantem a preservação dos recursos naturais que compõem o parque, criado com o objetivo de proteger as nascentes do Rio Parnaíba, a segunda maior bacia hidrográfica do Nordeste e uma das três maiores bacias sedimentares brasileiras, ao lado das Bacias do Amazonas e do Paraná.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba reúne 60 espécies de mamíferos e 211 de aves. Várias dessas espécies estão ameaçadas de extinção, como o porco-do-mato, o veado-campeiro, a jaguatirica, a onça-pintada, o tatu-canastra, o tamanduá-bandeira, o gavião-real, a arara-azul-grande e o beija-flor-de-rabo-branco.

Malta defende liberação de remédio com canabidiol

Magno Malta (PR-ES) pediu que a Anvisa e o Ministério da Saúde liberem o uso do canabidiol por pacientes que precisam do medicamento anticonvulsivo. O canabidiol é uma substância derivada da *Cannabis sativa*, planta da qual é extraída a maconha.

Presidente de uma frente parlamentar contra a legalização das drogas, Malta explicou que o uso medicinal da *Cannabis* nada tem a ver com o uso recreativo da maconha.



Jefferson Ruy/Agência Senado

— Quantos precisam do medicamento? Está comprovado? Tecnicamente tem necessidade? Ponto. Uma portaria e atenda-se àqueles que necessitam do medicamento. Ninguém precisa legalizar a maconha para pegar o canabidiol.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a formação de comissão de senadores para participar de uma reunião na Anvisa em que pode ser alterada a classificação do canabidiol, hoje proibido.

Senado votou ontem destaques que estavam pendentes. Proposta aprovada tem como objetivo deixar os processos judiciais mais simples, rápidos e transparentes

Novo Código de Processo Civil vai para sanção

O SENADO CONCLUIU ontem a votação do novo Código de Processo Civil (CPC), que tramitou no Congresso por mais de cinco anos. Os senadores votaram os pontos pendentes. A proposta, com mais de mil artigos, é concebida para simplificar, agilizar e tornar mais transparentes os processos judiciais na esfera civil. Agora a matéria vai para a sanção presidencial. As novas regras processuais entram em vigor um ano após a sanção.

— O CPC é a possibilidade de simplificarmos, desburocratizarmos o processo civil. Abre a perspectiva concreta de uma Justiça mais veloz, que é uma das mais importantes e antigas reivindicações da sociedade — afirmou Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O texto-base foi aprovado na terça-feira, como substitutivo da Câmara ao projeto original (PLS 166/2010), com modificações sugeridas pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB). Porém, ficou para a sessão de ontem a decisão sobre os 16 destaques apresentados com o objetivo de alterar aspectos isolados.

Ações individuais

Entre os pontos examinados, estavam duas inovações incluídas pelos deputados: a possibilidade de conversão das ações individuais em ações coletivas e uma sistemática de julgamento alternativa ao embargo infringente, modalidade de recurso que está sendo extinta. O parecer da comissão temporária que examinou o substitutivo havia excluído do texto os dois mecanismos.

Convencido pelos argumentos dos defensores das inovações, especialmente o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), Vital mudou seu parecer inicial e apoiou a reinclusão dos dois dispositivos no texto final, decisão que acabou confirmada por voto. O juiz pode decidir pela conversão da ação individual em coletiva ao verificar que também afeta o interesse de grupo de pessoas ou de toda a coletividade, como num processo por questão societária ou dano ambiental.



Vital do Rêgo (em pé), relator do novo código, conversa com Eunício Oliveira na sessão do Plenário em que os destaques ao projeto de lei foram votados

Para agilizar votação do texto, Eunício abre mão de destaque

Ao transferir a votação dos destaques do Código de Processo Civil para ontem, os senadores quiseram ganhar tempo para construir um acordo para a votação consensual do máximo de pontos pendentes. Mas isso não aconteceu.

Quando a sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, tudo indicava que a votação seria

complicada. Senadores chegaram a admitir que, naquela situação, os pontos mais controversos ficariam para 2015. Porém, prevaleceu a vontade de concluir a votação para que a aguardada proposta fosse logo para a sanção.

Para facilitar o andamento dos trabalhos, os senadores Lídice da Mata (PSB-BA) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) retiraram seus destaques.

Eunício abriu mão da tentativa de restaurar modificação feita por deputados, para impedir os juízes de determinar bloqueio de dinheiro em contas ou aplicação financeira, como medida de urgência, antes da sentença, para maior garantia de cumprimento de obrigações devidas.

A penhora on-line, que leva esse nome porque os juízes podem usar sistema

de integração bancária para agilizar o procedimento, já é amparada pelo código vigente e estava no projeto aprovado pelo Senado. Na Câmara, os deputados suprimiram essa medida da competência dos juízes, sob a alegação de que havia abuso na sua aplicação. Na comissão temporária, no entanto, Vital do Rêgo restaurou a penhora on-line no texto.

Juiz ligado a escritório de advocacia fica impedido de julgar

Um destaque aprovado eliminou a possibilidade de um juiz determinar intervenção em empresas entre as alternativas para garantir o resultado de uma sentença. Pela redação da Câmara, a medida só deveria ser adotada à falta de outra mais eficaz para o resultado pretendido.

Os senadores mantiveram a redação da Câmara para dispositivo que trata do impedimento à atuação de

juiz quando qualquer das partes for representada por escritório de advocacia do cônjuge ou companheiro do magistrado, ou ainda parente consanguíneo ou afim, até terceiro grau.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apelou para que fosse restaurado um trecho adicional, retirado pela comissão temporária, que pode ajudar a acabar com “jeitinhos” que permitem aos parentes

“terceirizar” a causa para escritórios de sua escolha. Segundo ele, a medida já foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). — Esse é o caminho e não temos como flexibilizar em relação a essa regra republicana — disse Randolfe.

Lídice da Mata retirou destaque que buscava eliminar do projeto do Código de Processo Civil referências à “separação” como forma

de dissolução da sociedade conjugal. Ela entende que essa alternativa foi abolida pela Emenda Constitucional 66/2010, que permitiu o divórcio imediato. Na sessão, revelou que foi convencida por Vital do Rêgo de que a separação deixou de ser uma etapa obrigatória antes do divórcio, mas ainda pode ser uma opção para os casais, inclusive com previsão no Código Civil.

A solução alternativa aos embargos infringentes permite que, diante de decisão não unânime dos desembargadores no julgamento de recursos de apelação (destinados a rever a sentença), outros julgadores sejam convocados, em quanti-

dade suficiente à inversão do resultado inicial, para votar ainda na mesma sessão ou na seguinte. O próprio Vital admitiu que ainda havia “desconforto” sobre esse ponto.

Aloysio argumentava que o mecanismo é apenas uma

técnica de julgamento que traria mais segurança jurídica em decisões não unânimes, por pequena diferença. A seu ver, não há atraso no processo, pois não é preciso indicar novo relator ou novas contrarrazões. Por fim, convenceu Vital ao

lembrar que o mecanismo ainda pode ser vetado pela presidente da República.

— Se fecharmos a porta [ao mecanismo], está feito. Mas, no exame de eventual veto, ainda poderemos reexaminar a questão — apelou.

Aprovado projeto sobre trânsito de forças estrangeiras no Brasil

O Senado aprovou projeto do Executivo que determina os casos em que forças estrangeiras podem transitar ou permanecer em território brasileiro (PLC 34/2014 — Complementar). A proposta facilita, por exemplo, a autorização para que aeronaves militares estrangeiras sobrevoem o país.

O projeto altera a Lei Complementar 90/1997 com a justificativa de que a definição atual de forças estrangeiras generaliza o termo. Hoje são consideradas forças estrangeiras “o grupamento ou contingente de força armada, bem como o navio, a aeronave e a viatura que pertençam ou es-

tejam a serviço dessas forças”.

Muitas vezes, o ingresso de grupamentos com fins pacíficos (situação rotineira) é proibido, principalmente no caso de aeronaves. No entanto, o ingresso pode ocorrer a convite do governo a fim de melhorar o trabalho das Forças Armadas.

Com a mudança, o termo ganha nova definição, sendo considerada força estrangeira o “módulo armado de emprego operacional marítimo, terrestre ou aéreo”. O texto vai à sanção.

Luiz Henrique (PMDB-SC), relator ad hoc do projeto na Comissão de Relações Exterio-

res (CRE), disse que a proposta ajusta a legislação brasileira à realidade mundial.

— Dá velocidade, desburocratiza os pedidos para sobrevoos em território nacional e mesmo aterrissagem de aeronaves estrangeiras, tendo em vista a expansão das relações multipolares — afirmou.

Após reunião com Levy, ICMS fica para 2015

Acordo com o presidente do Senado, lideranças partidárias e futuro ministro da Fazenda adia para fevereiro discussão sobre impostos e incentivos fiscais a estados e DF

EM REUNIÃO NO gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, com o futuro ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ontem, os líderes partidários decidiram retomar em fevereiro as negociações com vistas à votação do projeto que permite aos estados e ao Distrito Federal a legalização de incentivos fiscais questionados em ações no Supremo Tribunal Federal (STF), o PLS 130/2014 — Complementar.

A proposta será rediscutida no bojo de uma ampla reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incluirá também a unificação das alíquotas e a criação dos fundos de compensação por perdas de receitas e de desenvolvimento regional, como disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O senador observou que em janeiro o governo terá nova equipe econômica, com novas orientação, e os estados, novos governadores, o que também implica mudanças de visão sobre as questões tributárias.

O PLS 130/2014 seria o primeiro item da pauta de sessão extraordinária do Senado prevista para a tarde de ontem. Renan informou que iria retirar o projeto da pauta.

— A razão da retirada é que teremos a posse de novos governadores, o recesso do Supremo Tribunal Federal e o recesso parlamentar — explicou.

De acordo com Walter Pinheiro (PT-BA), a convalidação dos incentivos deve ser “encaixada” na reforma do ICMS.

— Demos um voto de con-



Renan recebe o futuro ministro da Fazenda, Joaquim Levy (C), para discutir a votação de projeto sobre acordos de incentivos fiscais entre a União e estados

fiança ao ministro e também pedimos um voto de confiança. Esse tema para ele é novo, mas para nós se arrasta desde 2011 — disse o parlamentar.

A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), na forma de substitutivo apresentado pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), e estava em regime de urgência para apreciação em Plenário, porém ainda sem consenso para a votação.

Conforme Luiz Henrique, o que vai se discutir, além da convalidação, é uma “nova relação federativa”. Ele disse que em fevereiro espera reunir em seu gabinete parlamentares e secretários de Fazenda esta-

duais para trabalhar no texto aprovado na CAE, que agora precisa ser inserido no contexto de uma reforma tributária.

— O ministro manifestou interesse em resolver esse problema para dar mais segurança jurídica aos governos estaduais, às prefeituras e às empresas beneficiárias dos incentivos, dentro da perspectiva de que o país volte a crescer — disse.

Ao sair, Levy disse que a proposta de convalidação já avançou bastante, mas precisa realmente ser incluída na reforma do ICMS, classificada por ele como uma agenda pró-crescimento e pró-emprego.

A unificação das alíquotas é objeto da PEC 41/2014, de autoria de Walter Pinheiro. Apoiado por 41 senadores, o texto prevê mudança gradual das alíquotas do imposto.

Segundo ele, há dúvidas sobre a possibilidade da alteração ser feita por meio de lei ordinária, daí a necessidade de emenda constitucional.

Projeto ainda é prioridade, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a importância da reunião. Ela assegurou, no entanto, que, apesar do adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 130/2014 — Complementar, a proposta não saiu da lista de prioridades do Senado.

O PLS permite aos estados e ao Distrito Federal a legalização de incentivos fiscais questionados em ações no STF.

Na semana passada a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou



Marcos Oliveira/Agência Senado

as emendas apresentadas à proposta no Plenário. Dessa forma, a votação do projeto poderia ser concluída. A senadora ponderou que é necessário amadurecer um pouco mais a discussão.

Segundo Vanessa, o objetivo do adiamento acordado é esperar a posse dos go-

vernadores e das equipes econômicas dos estados e do governo federal.

— É óbvio que precisamos trabalhar politicamente a legislação. A proposta é da convalidação desses incentivos. Entretanto, preocupamos a todos o fato de que, votando essa matéria, isoladamente, podemos perder a grande oportunidade de trabalhar a grande reforma tributária de que o Brasil precisa, sobretudo quanto à unificação das alíquotas de ICMS — ressaltou a senadora.

Oposição apresenta denúncia contra Dilma ao TCU

A oposição no Congresso apresentou ontem ao Tribunal de Contas da União (TCU) denúncia contra a presidente Dilma Rousseff por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). PSB, DEM, PSDB e PPS alegam que o governo se omitiu ao não determinar o contingenciamento das despesas após reconhecer em novembro que não cumpriria a meta de superávit primário anunciada em fevereiro, de R\$ 80,8 bilhões.

O presidente do DEM, senador José Agripino (RN), explicou que a iniciativa não é contra a presidente, mas a favor das instituições e da lei.

Também assinaram a denúncia o presidente do PPS, deputado Roberto Freire (SP); e os líderes do PSDB e do PSB na Câmara, Antonio Imbassahy (BA) e Beto Albuquerque (RS).

Agripino disse que espera apenas o cumprimento da lei.

Para ele, a presidente deveria ter optado pelos contingenciamentos ao ver que o governo não seria capaz de fazer a economia prevista:

— Assistiu aos déficits se acumularem e somente no final do ano propôs o fim do superávit previsto inicialmente, para eliminar seu crime.

A oposição pede que o TCU investigue a omissão da presidente; dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam

Belchior; e dos secretários do Tesouro, Arno Augustin, e de Orçamento, José Roberto Fernandes Júnior; e aplique a Lei de Crimes Fiscais (Lei 10.028/2000). A norma prevê multa de 30% dos vencimentos anuais, sendo o pagamento de responsabilidade pessoal quando o gestor deixar de determinar contingenciamento orçamentário.

O líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), respondeu

que a denúncia no TCU é mais um capítulo da “lógica da intransigência” da oposição:

— Eu preferiria ver uma oposição propositiva, que colocasse projetos em pauta, e não uma oposição que repete chavões e insiste numa luta política que cabe em período eleitoral, mas não depois de consolidado um resultado [a vitória de Dilma em outubro].

Para ajustar as contas, o governo enviou um projeto ao Congresso alterando o cálculo da meta fiscal deste ano (PLN 36/2014). Na visão governista, a aprovação tornaria os cortes na despesa desnecessários. O texto, que foi sancionado após intensa disputa com a oposição, autoriza o abatimento, na meta fiscal, de todo o valor apurado em 2014 com desonerações e o Programa de Aceleração do Crescimento. Para a oposição, foi uma manobra contábil. (Com informações da Agência Câmara)



José Agripino, presidente do DEM: Dilma deveria ter feito contingenciamento

Dornelles renuncia para tomar posse como vice-governador do RJ

Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou ontem, no Plenário, sua renúncia ao mandato. Ele foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro, na chapa de Luiz Fernando Pezão (PMDB), e tomará posse no dia 1º.

— Foi uma honra passar oito anos aqui. Peço que cada senador possa se considerar vice-governador do Rio de Janeiro junto comigo.

Ana Amélia (PP-RS), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Benedito de Lira (PP-AL) elogiaram Dornelles.

— Vossa Excelência não sairá nunca desta Casa, pois permanecerá para sempre na amizade de outros companheiros — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.



Moneira Mantz/Agência Senado

País deve atrair turistas vizinhos, conclui relatório

Comissão avalia políticas públicas sobre destinos turísticos e recomenda promoção do Brasil no mercado sul-americano como melhor caminho para ampliar o setor

REFORÇAR A DIVULGAÇÃO dos destinos turísticos brasileiros nos países vizinhos é uma das recomendações da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para incrementar a circulação de turistas. A ideia é que a Embratur privilegie a América do Sul, em vez da Europa, na hora de aplicar recursos para promoção do Brasil no exterior.

A medida consta do relatório elaborado pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e aprovado ontem pelo colegiado. O documento é fruto de uma avaliação anual, prevista regimentalmente para que todas as comissões técnicas do Senado selecionem políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo, relacionadas à área de competência. Neste ano, por sugestão do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que preside a comissão, a CDR escolheu o tema “Estruturação dos destinos turísticos”.

A senadora enxerga o mercado sul-americano como

caminho para ampliar o setor de turismo.

— Muito tempo se levou fazendo a promoção do Brasil na Europa, quando hoje temos um mercado aberto dos países da América do Sul, muitos tendo, inclusive, a economia dinamizada. É o caso do Peru, que é um *case* internacional, e recebe muitos brasileiros, mas, por outro lado, poucos peruanos visitam o Brasil. Não podemos aceitar o argumento fácil de que o Brasil não recebe muitos turistas estrangeiros porque é longe da Europa — disse Lídice.

Recomendações

Transformar a Embratur em pessoa jurídica de direito privado é outra das recomendações da comissão. Com a mudança, a instituição — que funciona como autarquia — poderia se organizar, por exemplo, como fundação ou empresa pública, ganhando mais agilidade e flexibilidade no desempenho das funções.



Valadares, presidente do colegiado, indicou Lídice para relatar o documento final sobre os destinos turísticos do país

A relatora também defende a ampliação das dotações orçamentárias para o turismo e aponta a necessidade de o governo criar indicadores para avaliação adequada do impacto das ações, os reflexos na economia nacional e nas regiões. Outra indicação é para o reforço do quadro de pessoal especializado do Ministério do

Turismo e mais qualificação profissional em políticas de investimento e promoção do turismo.

O documento destaca a importância do turismo para a economia, com a dinamização das atividades nos locais visitados, geração de empregos e de divisas. No mundo, o turismo movimenta cerca de US\$ 4

trilhões e gera 280 milhões de empregos. Porém, o Brasil ocupa apenas a 51ª posição no ranking geral de competitividade e detém apenas 0,5% do fluxo mundial de turistas.

A avaliação será concluída com o envio do relatório à Secretaria-Geral da Mesa do Senado e a diversos órgãos referidos nos textos.

Aprovados embaixadores para Polônia e Nepal

O Senado aprovou ontem a indicação, pela Presidência da República, de diplomatas para ocuparem o cargo de embaixador na Polônia e no Nepal.

Alfredo César Martinho Leoni, aprovado por 43 votos a 2, vai representar o Brasil na Polônia, e Maria Teresa Mesquita Pessoa, aprovada por 51 votos a 2, será embaixadora do Brasil no Nepal.

Durante a sabatina, feita em novembro pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Leoni destacou a trajetória histórica da Polônia, “variada, rica e atribulada”. Lembrou que durante todo o século 19 o país não teve território, que lhe foi retirado por potências europeias.

— Não há dúvida de que um elemento se sobressai, que é a determinação do povo polonês e a sua capacidade de superação — afirmou.

Leoni defende a dinamização das relações comerciais bilaterais. Hoje a balança comercial entre os dois países chega a US\$ 1,4 bilhão, sendo que US\$ 900 milhões correspondem às exportações brasileiras.

Também em novembro, a CRE sabatinou a indicada para o cargo de embaixadora no Nepal. Maria Teresa Mesquita Pessoa anunciou que uma das prioridades do Brasil naquele país é a questão da energia. O Nepal tem um potencial hidrelétrico de 42 mil megawatts, que já atraiu o interesse de empresas brasileiras. Os governos do Nepal e da vizinha Índia já firmaram acordo para a exportação de energia daquele país para o mercado indiano. As autoridades do Nepal, como observou Maria Teresa, veem o Brasil como parceiro no setor elétrico.

Davim critica padrões do Mais Médicos

Ao defender a aprovação de projeto que transforma em lei os critérios do Revalida, o exame nacional para validar no Brasil diplomas estrangeiros de medicina, Paulo Davim (PV-RN) fez críticas ao Programa Mais Médicos. Na opinião dele, houve falhas na aferição do conhecimento de alguns dos profissionais que vieram trabalhar no país.

— Temos farto material de equívocos, negligências, imperícias praticadas por esses profissionais — disse o senador, que é médico, durante reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem.

De autoria de Alfredo Nascimento (PR-AM), o PLS 203/2012 insere na Lei de Diretrizes e Bases da Educação os critérios para revalidação dos diplomas de medicina. Atualmente, o Revalida é regulamentado apenas por portaria interministerial que exige a autenticação dos diplomas

internacionais por universidades públicas brasileiras, mas sem regras universalizadas para o procedimento. A falta de padronização, segundo Davim, está fazendo as universidades brasileiras deixarem a condição de formadoras de médicos para se tornarem homologadoras de diplomas de formados no exterior.

Davim teve acesso a material coletado por conselhos e instituições de medicina do país sobre erros de atuação dos profissionais que integram o Mais Médicos. Ele considerou os dados “estranhadores”. Como os médicos estrangeiros não se submetem às regras dos conselhos, essas entidades, sem poder para puni-los, entregam os documentos ao Ministério Público (MP), segundo explicou o senador. São milhares de denúncias que, como disse, provavelmente não resultarão em punição alguma, já que os profissionais são rapidamente

substituídos quando são denunciados ao MP.

O parlamentar comparou a situação desses profissionais no Brasil à de médicos estrangeiros que buscam trabalho em países como a Inglaterra onde, como informou, precisam passar por exames de proficiência na língua, revalidação do diploma e por um estágio supervisionado.

— A despeito das necessidades conjunturais [do Brasil], não podemos abrir mão do aferimento do conhecimento do profissional — avaliou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu vista do projeto, que estava pautado para a reunião de ontem. A proposta só deve ser analisada na próxima legislatura. Ela sugeriu a realização de um grande debate sobre o tema, já que outras propostas em análise tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado tratam do mesmo assunto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Salário de autoridades federais terá aumento

Com as alterações que foram aprovadas ontem pela Câmara dos Deputados e também pelo Senado, remuneração máxima do funcionalismo público passará de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem quatro projetos que aumentam os salários dos principais cargos dos três Poderes — presidente da República e vice, ministros de Estado, deputados federais, senadores, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e procurador-geral da República. O teto do serviço público passa a ser de R\$ 33.763.

As medidas haviam sido aprovadas pela Câmara dos Deputados poucas horas antes e seguiram imediatamente para confirmação no Senado. O subsídio dos cargos mais altos do Executivo passa de R\$ 26.723,13 para R\$ 30.934,70 — aumento de 15,8%. A remuneração dos parlamentares passará de R\$ 26.723,13 para R\$ 33.763 — salto de 26,3%. A dos ministros do STF e do procurador-geral sairá de R\$ 29.462,25 para R\$ 33.763 — acréscimo de 14,6%.

O aumento para os ministros do STF eleva o teto salarial do funcionalismo

público, que, por lei, é fixado como idêntico ao subsídio dos ministros. As medidas têm reflexo também nas remunerações de outras autoridades (como deputados estaduais e distritais, vereadores, ministros de tribunais superiores e demais juízes, entre outros), cujo valor é constitucionalmente limitado pelos subsídios dos cargos federais correspondentes.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) anteciparam que se absteriam da votação. Ambos classificaram as medidas de inoportunas, mas disseram que não tentariam obstruir o exame dos projetos.

— Projetos como esse têm um impacto grande nas contas públicas, em razão das vinculações constitucionais. Há muitas incertezas sobre a situação fiscal do Brasil — afirmou Aloysio.

— Estamos em recessão técnica desde agosto. Talvez fosse mais adequada uma proposta mais condizente

com a inflação — ponderou Randolfe.

O PLC 131/2014 e o PLC 132/2014, que tratam dos subsídios dos ministros do STF e do procurador-geral da República, vão para a sanção presidencial. Os Projetos de Decreto Legislativo 200/2014 e 201/2014, que promovem os aumentos para o Executivo e o Legislativo, vão para a promulgação.



Senadores na sessão que aprovou reajuste na remuneração de autoridades

Plenário aprova gratificação para juízes

O Senado aprovou ontem quatro projetos que criam a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa para os juízes do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Tribunal Superior do Trabalho e os membros da Justiça Militar da União. Os PLCs 133, 134, 135 e 136, de 2014, vão a sanção.

A gratificação é a mesma concedida aos membros do Ministério Público da União

(MPU) e de outros tribunais. Será paga quando houver acumulação de juízo, como nos casos de atuação simultânea em varas distintas, em juizados especiais e em turmas recursais. Será devida quando houver exercício acumulado da atividade jurisdicional e de atribuição administrativa e em relação ao acervo processual.

O valor é de um terço do subsídio do magistrado que substituir para cada 30 dias

de exercício cumulativo.

A proposta específica que a gratificação terá natureza remuneratória e a soma ao subsídio do magistrado não poderá implicar valor superior ao subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Gim (PTB-DF) foi o relator das propostas. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, “o Parlamento estava devendo isso ao Judiciário”, desde a concessão de direito idêntico a membros do MPU.

Proposta estende isenções fiscais e reajusta o Imposto de Renda

O Senado aprovou ontem o projeto de conversão da Medida Provisória 656/2014, com várias mudanças na legislação tributária. O texto fora aprovado à tarde pela Câmara. A quantidade de assuntos na MP gerou protestos no Senado.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou destaques para votação em separado dos artigos inseridos pelo Congresso. Para ele, a inserção vai contra a Constituição. Os destaques foram rejeitados.

— Juntam-se temas absolutamente desconexos, já a partir de uma MP que também arregimenta questões díspares — criticou o senador.

Um dos acréscimos feitos no Congresso foi a atualização da tabela do Imposto de Renda

em 6,5%. O governo foi contra a correção por necessidade de maior ajuste fiscal em 2015.

Outro tema inserido foi o parcelamento de débitos de clubes esportivos com a União em até 240 prestações mensais. O acréscimo gerou protestos dos senadores. Para garantir a votação do texto antes do recesso, o governo se comprometeu a vetar a mudança.

A MP também prorrogou, até 2018, a dedução no Imposto de Renda, pelo empregador, da contribuição ao INSS de empregado doméstico.

Entre outros benefícios, foi estendida a isenção de PIS e Cofins para produtos de informática, como computadores, notebooks e smartphones.

Estímulo a pesquisa e tecnologia deve ser incluído na Constituição

Estimular o acesso à tecnologia, à pesquisa e à inovação deve passar a integrar as competências constitucionais comuns da União, dos estados e dos municípios. O Senado aprovou ontem em primeiro e segundo turnos, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2014, que altera dispositivos constitucionais para assegurar que a pesquisa e a inovação

tecnológica sejam assunto prioritário de Estado. O texto segue para promulgação.

A proposta, de iniciativa da Câmara, prevê, entre outras ações, a integração entre instituições de pesquisa tecnológica e setor produtivo. A criação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em regime de colaboração entre governos e empresas privadas, também está prevista no texto.

Estatuto da Metrópole vai a sanção presidencial

O Estatuto da Metrópole, com as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos estados, foi aprovado ontem pelo Senado. O projeto (PLC 5/2014) segue agora para sanção presidencial.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que relatou o projeto na Comissão de Serviços de

Infraestrutura (CI), defendeu a aprovação.

— É uma importante matéria para o ordenamento da vida das grandes cidades brasileiras — disse.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator de Plenário em nome da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), elogiou o trabalho do autor do projeto, deputado Walter Feldman (PSB-SP).

O projeto busca potencializar a integração de ações entre os municípios que formam uma região metropolitana e prevê a governança interfederativa, ou seja, o compartilhamento de responsabilidades entre entes da Federação no planejamento e na execução de ações para cumprir funções públicas de interesse comum.

A nova lei também institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado, para captar recursos e financiar ações nas regiões metropolitanas. Serão recursos do Orçamento da União, doações e contribuições de organismos nacionais e internacionais.

Atualmente, são definidas 60 regiões metropolitanas e 5 aglomerações urbanas, com mais de 100 milhões de brasileiros, que enfrentam a falta de regras para situações que envolvem municípios de diferentes estados.



Inácio elogia proposta que organiza melhor as regiões metropolitanas

Eleita Comissão Representativa para recesso

O Senado elegeu ontem os representantes na Comissão Representativa do Congresso Nacional que funcionará durante o recesso parlamentar, que vai de 23 de dezembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015.

A Comissão Representativa, composta por deputados federais e senadores titulares e igual número de suplentes, funciona durante o recesso

e exerce as atribuições de caráter urgente que não possam aguardar o início do período legislativo. Os integrantes da comissão são eleitos separadamente em cada Casa, respeitando-se a proporcionalidade partidária.

O Senado terá como representantes Valdir Raupp (PMDB-RO), Eduardo Braga (PMDB-AM), João Alberto

Souza (PMDB-MA), Ivonete Dantas (PMDB-RN), Waldemir Moka (PMDB-MS), Humberto Costa (PT-PE), Acir Gurgacz (PDT-RO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), José Pimentel (PT-CE), Antônio Aureliano (PSDB-MG), Ruben Figueiró (PSDB-MS), Cyro Miranda (PSDB-GO), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Gim (PTB-DF) e Blairo Maggi (PR-MT).

CPI mista adia para hoje análise de texto final

Votações em Plenário levaram comissão a suspender reunião de ontem, marcada pela apresentação de novo parecer por Marco Maia e de relatório alternativo pela oposição

A CPI MISTA da Petrobras adiou para hoje, às 10h, a votação do relatório final do deputado Marco Maia (PT-RS), após a reunião de ontem convocada para a mesma finalidade ter sido suspensa em razão das votações em Plenário, que foram encerradas a dez minutos da meia-noite.

Enquanto os trabalhos estavam suspensos, aguardando o fim da ordem do dia, a oposição tentou reiniciar a sessão com o parlamentar mais antigo presente — José Carlos Araújo (PSD-BA) — na Presidência, mas, após interpelações de governistas na CPI e no Plenário, a reunião foi encerrada.

Segundo o relator, o problema foi de interpretação do Regimento Interno da Casa. Para ele, se o texto tivesse sido votado, provavelmente a questão acabaria no Supremo Tribunal Federal (STF).

— Se não tivesse esse impasse, teria sido votado hoje [ontem]. E vamos votar amanhã [hoje]. É uma interpretação do presidente do Senado, Renan Calheiros, que disse não ser possível a votação na comissão enquanto estiver aberta a ordem do dia no Plenário. Por isso, os parlamentares da base nem vieram — argumentou.

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-



Marco Maia (em pé, à esq.), relator da CPI, foi um dos parlamentares que impediram a oposição de reabrir a sessão durante a ordem do dia em Plenário

SP), que apresentou relatório alternativo à CPI, questionou Maia. Segundo ele, o governo estava fazendo de tudo para que a CPI seja finalizada sem um documento conclusivo.

— É evidente que houve manobra do governo, que nunca apostou nessa comissão. Os regimentos são

claros. Se a sessão do Plenário for extraordinária, pode-se votar nas comissões — disse.

Enquanto oposição e governo travavam uma batalha regimental na comissão, no Plenário do Senado, o presidente em exercício da CPI mista, senador Gim (PTB-DF), anunciou que

não teria validade qualquer decisão tomada pela comissão de inquérito no período entre as 16h e as 22h30.

Ele afirmou que, conforme esclarecido por Renan, o artigo 107 do Regimento do Senado impede reuniões de comissões enquanto há ordem do dia de sessões deliberativas.

Relator altera parecer e inclui indiciamentos

Na reunião de ontem, Marco Maia apresentou uma complementação ao relatório final. Entre as alterações, está o pedido de indiciamento de 52 pessoas e o reconhecimento de que a compra da refinaria de Pasadena, de fato, deu prejuízo à estatal.

Segundo ele, houve erros de interpretação quando o relatório foi apresentado na semana passada. Além disso, ele lembrou que os investigados pela comissão já haviam sido formalmente indiciados e denunciados à Justiça.

Por isso, para que não haja mais dúvidas, ele decidiu deixar claro no texto a indicação para indiciamento, com a res-

pectiva tipificação dos crimes cometidos por cada um.

Entre os indiciados, estão o doleiro Alberto Youssef e a contadora dele, Meire Poza, os ex-diretores Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa, além de dezenas de dirigentes de empreiteiras.

Marco Maia mudou o posicionamento sobre a compra da refinaria de Pasadena depois que a Controladoria-Geral da União (CGU) enviou à comissão um relatório resultante de uma auditoria especial.

Com isso, passou a admitir prejuízo de US\$ 561 milhões da Petrobras por causa da unidade nos Estados Unidos.

Aécio quer nova comissão de inquérito em 2015

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse esperar que, em fevereiro, o Congresso Nacional crie uma nova comissão parlamentar de inquérito para dar continuidade às investigações na Petrobras.

Segundo Aécio, o relatório do deputado Marco Maia (PT-RS) não levou em conta o que tem sido apontado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal nas investigações da Operação Lava-Jato.

O parlamentar pediu que o relatório alternativo da opo-



sição seja encaminhado ao Ministério Público.

— É um relatório objetivo, claro e buscando apontar os caminhos que o Senado e a Câmara

dos Deputados devem trilhar nesse processo, que traz tanta indignação aos brasileiros. O relatório das oposições repõe uma lacuna, porque não é possível que, com tantas denúncias, confissões e indiciamento já feitas, o Congresso Nacional passe ao largo dessa questão.

Em texto alternativo, oposição acusa Graça

O deputado Carlos Sampaio apresentou à CPI Mista da Petrobras um relatório alternativo da oposição. A proposta pede o indiciamento da presidente da empresa estatal, Graça Foster.

Também foram incluídos outros acusados de envolvimento no esquema de corrupção na empresa, como o doleiro Alberto Youssef, o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa, o deputado cassado Andre Vargas (sem partido-PR), o deputado Luiz Argôlo (SD-BA) e representantes de empreiteiras.

Os opositoristas consideram que Graça Foster praticou crime de falso testemunho quando negou à CPI que soubesse de denúncias referentes ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela holandesa SBM Offshore.

Para eles, ela também cometeu crime de prevaricação por ter conhecimento e deixar

de cumprir sua obrigação em relação às denúncias de superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima.

Os parlamentares pedem ainda o afastamento de Graça Foster e dos demais diretores e conselheiros da Petrobras.

— Tais medidas tornam-se necessárias para que as investigações da Petrobras, da Polícia Federal e da nova CPI que deverá ser instalada no próximo ano sejam realizadas sem a influência nefasta dos gestores que se viram envolvidos nessa trama criminosa — justificou.

“Situação política”

O relator da CPI Mista da Petrobras, deputado Marco Maia, disse que não há mais condições políticas para a permanência de Graça Foster na presidência da estatal. Ele acrescentou que todos os diretores estão nessa situação.

— Temos uma situação política aí colocada. Um problema

econômico envolvendo a empresa. Há a necessidade de que tenhamos uma mudança na empresa, com novos dirigentes para oxigenar o trabalho na companhia — afirmou.

O deputado disse, no entanto, que a CPI não pode “agir com irresponsabilidade” ao acusar Graça Foster de envolvimento nos casos de corrupção. Segundo ele, em nenhum momento das investigações da Polícia Federal, do Ministério Público e da CPI, houve provas de participação da dirigente em irregularidades.

— Acho exagero da oposição propor o indiciamento da Graça Foster nessa condição. Mas é óbvio que o momento político e econômico pelo qual passa a companhia exige uma mudança, uma transformação.

Onyx Lorenzoni (DEM-RS) também apresentou um texto alternativo em que pede o afastamento de Graça Foster e da diretoria da estatal.

Voto em separado responsabiliza Dilma

O relatório alternativo apresentado por deputados da oposição à CPI Mista da Petrobras pede que o Ministério Público promova a responsabilização civil e por ato de improbidade administrativa de todos os integrantes do alto escalão da Petrobras que tenham participado da aprovação da compra da refinaria de Pasadena, o que inclui a presidente Dilma Rousseff, na época presidente

do Conselho de Administração da empresa.

O voto em separado foi preparado pelo deputado Carlos Sampaio com a colaboração de outros parlamentares opositoristas.

O deputado lembra que o pedido é amparado pela legislação:

“A Lei das Sociedades Anônimas aponta, expressamente, a responsabilidade dos conselheiros que aprovaram

a medida que causou danos à empresa (artigo 153). Da mesma forma, a Lei de Improbidade Administrativa responsabiliza o agente público cuja ação ou omissão ilegal tenha contribuído para causar dano ao patrimônio público”, diz ele no relatório.

O relatório da oposição só será posto em votação caso o preparado pelo relator da CPI mista, deputado Marco Maia, não seja aprovado.